



ESTADO DE GOIÁS
INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS IQUEGO
GERÊNCIA JURÍDICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº XX/2026
PROCESSO Nº 202600055000079

Aos XXXXX dias do mês de XXXXX de dois mil e vinte e seis, pelo presente instrumento, a **INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A. - IQUEGO, ÓRGÃO GERENCIADOR**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.541.283/0001-41, representada por sua Diretora-Presidente, Sra. Lais de Castro Viana, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) **XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, situada na XXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXX, RG nº XXXXXXXX, vencedora(a) do Pregão Eletrônico SRP nº XX/202X, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as disposições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Estadual nº 10.247/2023, Decreto Estadual nº 7.466/2011, Decreto Federal nº 11.462/2023, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 117/2015, e demais normas vigentes à matéria e pelas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COMPREENDENDO ASSESSORIA, RESERVAS, EMISSÕES, REMARCAÇÕES E CANCELAMENTOS DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, INTERNACIONAIS E EMISSÕES DE SEGURO DE VIAGENS INTERNACIONAIS, HOSPEDAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, E DEMAIS SERVIÇOS CONEXOS, SOB DEMANDA, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XX/2026, seus anexos e proposta(s) de preço(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) vencedor(es), em XXXXX.

1.2 - Descrição dos Serviços a serem executados

1.2.1 - Escopo dos Serviços

1.2.1.1 - A prestação dos serviços compreenderá a gestão completa do ciclo de viagens e hospedagens corporativas, incluindo:

- Planejamento e assessoramento de viagens;
- Pesquisa de mercado e análise de melhores opções logísticas e financeiras;
- Intermediação para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais;
- Reserva de hospedagens no Brasil e no exterior;
- Suporte técnico-operacional integral durante todo o período da viagem.

1.2.1.2 - Diferentemente de um modelo meramente operacional, a contratada deverá atuar como parceira estratégica da IQUEGO, promovendo:

- Otimização de custos por meio de análise comparativa de tarifas;
- Aplicação de políticas corporativas de viagem;
- Monitoramento contínuo de indicadores de desempenho;
- Apoio na tomada de decisões relacionadas à mobilidade corporativa.

1.2.1.3 - Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais

1.2.1.3.1 - O serviço de agenciamento de passagens aéreas nacionais e internacionais incluirá:

a) Cotação, reserva e emissão: Realização de cotações em tempo real para passagens aéreas, apresentando pelo menos três opções de companhias aéreas, priorizando:

- Menor tarifa disponível;
- Voos diretos ou com menor número de escala/conexões;
- Compatibilidade de horários com o compromisso institucional.
- Após à apresentação das cotações o fiscal do contrato irá fazer nova cotação para verificação da compatibilidade de preços e, caso encontre preços menores, a Contratada deverá ajustar a sua proposta.

b) Informar claramente:

- Regras tarifárias;
- Condições de cancelamento e remarcação;
- Franquia de bagagem;
- Taxas e encargos incidentes.

c) Remarcação e cancelamento: A contratada deverá garantir que alterações ou cancelamentos sejam processados com agilidade, respeitando o prazo de até 2 horas para hospedagem e para passagens aéreas nacionais e internacionais, imediatamente após a solicitação pelo fiscal de contrato, conforme necessidade da IQUEGO.,

d) Reembolso: Procedimentos claros e eficientes para solicitação e processamento de reembolsos de passagens canceladas ou alteradas, garantindo que os créditos sejam disponibilizados à IQUEGO no menor prazo possível.

e) Emitir bilhetes eletrônicos (e-ticket) com envio imediato ao fiscal do contrato.

1.2.1.4 - Hospedagem Nacional e Internacional

1.2.1.4.1 - O serviço de hospedagem abrangerá:

- a) Cotação e reserva: Cotações em tempo real para hospedagens em redes hoteleiras que ofereçam padrões de conforto e segurança alinhados às diretrizes da IQUEGO. As reservas deverão ser realizadas com base em critérios de proximidade aos locais de interesse, tarifa corporativa e sustentabilidade.
- b) Emissão de vouchers: A emissão de vouchers de hospedagem será feita de forma automatizada com o envio imediato ao Fiscal do Contrato.
- c) Remarcação e cancelamento: A contratada deve permitir a alteração ou cancelamento de reservas com rapidez, visando minimizar custos adicionais e garantir que as operações sejam mantidas conforme a demanda.

1.2.1.4.2 - A contratada deverá:

a) Apresentar, no mínimo, 03 (três) opções de hospedagem compatíveis com:

- Localidade do evento/atividade;
- Categoria adequada ao padrão corporativo;
- Melhor relação custo-benefício.

b) Informar:

- Valor da diária;
- Política de cancelamento;
- Inclusão ou não de café da manhã e demais serviços.

c) Garantir reserva confirmada e envio do voucher correspondente.

d) Após à apresentação das cotações o fiscal do contrato irá fazer nova cotação para verificação da compatibilidade de preços e, caso encontre preços menores, a Contratada deverá ajustar a sua proposta.

1.2.1.5 - Seguro-Viagem

1.2.1.5.1 - Quando solicitado, deverá ser providenciado seguro-viagem com cobertura compatível com o destino e exigências legais, incluindo, no mínimo:

- Assistência médica e hospitalar;
- Traslado médico;
- Repatriação sanitária;
- Seguro para extravio de bagagem.

1.2.1.6 - Relatórios e Monitoramento

1.2.1.6.1 - A contratada deverá fornecer relatórios mensais e trimestrais detalhados até o 5º dia útil de cada mês subsequente, contemplando:

- a) Passagens emitidas, canceladas e alteradas, discriminadas por unidade solicitante e por colaborador, com informações sobre custos e prazos.
- b) Relatórios de feedback e de qualidade dos serviços de hospedagem, baseados nas avaliações dos colaboradores da IQUEGO, com métricas de satisfação e sugestões de melhoria.
- c) Indicadores de sustentabilidade, incluindo práticas adotadas para minimizar emissões de carbono e dados sobre a utilização de hotéis certificados.
- e) A contratada deverá, também, dispor de equipe técnica qualificada, com conhecimento comprovado em sistemas de reservas, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, bem como na intermediação de hospedagens e serviços correlatos.
- f) A contratada deverá designar um consultor responsável pelo atendimento à IQUEGO.
- g) Realizar auditorias periódicas e apresentar relatórios de conformidade, assegurando que os serviços estejam sempre em alinhamento com as expectativas e exigências contratuais.
- h) Manter políticas anticorrupção e de compliance atualizadas, garantindo que todas as operações respeitem as legislações vigentes e as normativas internas da IQUEGO.

1.2.1.7 - Condições Gerais

- a) A contratada será responsável pelo fornecimento de bilhetes de passagens aéreas (e-tickets) para voos nacionais, de todas as companhias aéreas autorizadas a operar no Brasil, e vouchers de hospedagem nacional e internacional, conforme solicitado pela IQUEGO. O serviço de agenciamento deverá garantir a emissão, alteração, remarcação, cancelamento e reembolso dos bilhetes, de acordo com as normas do Termo de Referência.
- b) A contratada deverá providenciar a reserva e emissão de passagens no mesmo dia em que receber a solicitação emitida pela IQUEGO, garantindo a execução conforme os prazos estabelecidos.
- c) Após a confirmação da reserva, que poderá ser por meio eletrônico (e-mail) ou por aplicativos de mensagens, a Contratada deverá entregar ao fiscal do contrato os bilhetes (e-tickets) e vouchers de hospedagem no prazo de até 2 (duas) horas.
- d) O serviço de hospedagem deverá incluir: reserva, emissão, alteração, remarcação e cancelamento, sempre que solicitado pela IQUEGO, assegurando que as condições pactuadas sejam atendidas dentro dos prazos estabelecidos.
- e) Nos casos em que a IQUEGO necessitar remarcar ou cancelar determinado voo após a emissão do bilhete ou determinada hospedagem após a emissão do voucher, a contratada deverá providenciar a nova reserva ou remarcação conforme solicitado. Caso haja multas aplicadas pelas companhias aéreas ou pelos hotéis, a contratada deverá reembolsar o valor pago na fatura subsequente.
- f) Para solicitações emergenciais, a entrega deverá ocorrer no local indicado pela IQUEGO no ato da solicitação, respeitando os prazos máximo de até 2 (duas) horas.
- g) Todas as solicitações de passagens e/ou hospedagens serão analisadas pela IQUEGO e, somente após o deferimento da solicitação, a contratada deverá emitir os bilhetes ou vouchers correspondentes.
- h) A contratada deverá prestar assessoria técnica contínua, auxiliando na escolha dos melhores roteiros, horários, frequências de voos e tarifas promocionais, sempre buscando otimizar o custo-benefício para a IQUEGO.
- i) Sempre que necessário, a contratada deverá fornecer orientações sobre check-in, antecipadamente, para garantir que os colaboradores da IQUEGO estejam devidamente informados sobre os procedimentos de embarque e outros detalhes operacionais relevantes.
- j) A execução observará os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e governança previstos no art. 31 da Lei nº 13.303/2016.

1.2.2 - Modelo de Atendimento

1.2.2.1 - Os serviços serão prestados por meio de atendimento consultivo especializado, com equipe dedicada, capacitada para:

- Propor soluções personalizadas de viagem;
- Antecipar riscos e sugerir alternativas logísticas;
- Garantir conformidade com normas internas e boas práticas de mercado.

1.2.2.2 - A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento multicanal (telefone, e-mail e plataforma digital), com funcionamento ininterrupto (24h/7 dias), assegurando suporte integral aos usuários. Essa central deve:

- a) Estar disponível para solucionar emergências relacionadas a alterações de voos, cancelamentos de última hora e necessidades de assistência no local, garantindo que os colaboradores da IQUEGO tenham o suporte necessário, independentemente do horário ou localização.
- b) Nas emergências, o prazo máximo aceitável para finalização da solicitação do fiscal do contrato, com a cotação, escolha do voo e/ou hospedagens e emissão ou cancelamento das reservas, será de 2h (duas) horas.
- b) Realizar o monitoramento contínuo das solicitações para assegurar a resolução rápida e eficiente, com geração de protocolos para cada atendimento.

1.2.3 - Ferramentas Tecnológicas

1.2.3.1 - A execução dos serviços deverá ser suportada por plataforma tecnológica de gestão de viagens, que possibilite:

- Centralização das solicitações e aprovações;
- Registro e rastreabilidade das operações;
- Emissão de relatórios gerenciais e financeiros;
- Integração com sistemas corporativos, quando aplicável.

1.2.3.2 - A ferramenta deverá funcionar como instrumento de apoio à gestão, não sendo o único meio de prestação do serviço, devendo a contratada garantir suporte humano complementar sempre que necessário.

1.2.4 - Resultados Esperados

1.2.4.1 - A prestação dos serviços deverá assegurar:

- Eficiência na gestão de deslocamentos corporativos;
- Redução de custos operacionais;
- Transparência nos processos;
- Segurança e comodidade aos colaboradores;
- Conformidade com políticas institucionais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA VIGÊNCIA

2.1 - A partir desta data ficam registrados nesta Ata, o(s) preço(s) da(s) empresa(s) XXXXXX, conforme tabela abaixo:

ITENS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	% (PERCENTUAL) DE DESCONTO
Passagem Aérea Nacional	51	59.014,35	XXXXX
Passagem Aérea Internacional	02	15.867,43	
Hospedagem Nacional	71	45.662,10	
Hospedagem Internacional	02		
Seguro-Viagem	02	3.500,00	
VALOR TOTAL (R\$)		124.043,88	

2.2 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.3 - A prorrogação, quando necessária, será formalizada por meio de aditivo, observadas as condições previamente estabelecidas no edital, garantindo a manutenção das condições econômicas e operacionais acordadas.

2.4 - Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

2.5 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que comprovada previamente a vantagem técnico-econômica. Assegura-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em caso de igualdade de condições, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta, tantas vezes quantas necessitar a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

3.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 3.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

3.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

3.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

3.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

3.3.1 - Para fins do disposto no caput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

3.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação aplicável.

3.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

3.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

3.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto no subitem 3.3.4, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

3.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023;

IV - sofrer sanção de impedimento de licitar e contratar e/ou for declarada inidônea para licitar ou contratar;

4.1.1 - Na hipótese prevista no inciso IV do subitem 4.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

4.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 4.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

4.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

4.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 3.2.3 e 3.3.4.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

5.1 - Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, que após cumpridos os requisitos de publicidade terá efeito de compromisso nas condições estabelecidas no Edital.

5.1.1 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado, a critério da administração, quando solicitado pelo licitante vencedor do certame durante o transcurso do referido prazo, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão Gerenciador.

5.2 - Como condição para formalização da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

5.3 - A recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita ao licitante que se negar a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

5.4 - Se o licitante vencedor não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo ao registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Federal nº 11.462/2023 e demais legislações pertinentes.

5.5 - A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente para homologar o procedimento licitatório que lhe deu origem, ou por aquela competente para gerir a Ata de Registro de Preços, e pelo adjudicatário, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO

6.1 - A Indústria Química do Estado de Goiás S/A - IQUEGO é a empresa responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

6.2 - O Gestor responsável em gerir esta Ata de Registro de Preços será XXXXXX, especialmente designado para tal, conforme Portaria nº XXXX.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, chamamento público ou procedimento congêneres, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

7.2 - Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

7.3 - A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

7.4 - O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

7.5 - A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

7.6 - Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

7.7 - A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

7.8 - As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Goiânia, data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA SODRE DE OLIVEIRA, Gerente**, em 25/05/2026, às 15:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **90731719** e o código CRC **E13DC990**.

GERÊNCIA JURÍDICA
AVENIDA ANHANGUERA 12.527, - BAIRRO IPIRANGA - GOIANIA - GO - CEP 74453-390



Referência: Processo nº 202600055000079



SEI 90731719